

GESTÃO BINACIONAL E INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DA LAGOA MIRIM E LAGOAS COSTEIRAS

GCP/RLA/231/GFF

ANÁLISE DIAGNÓSTICA TRANSFRONTEIRIÇA (ADT)

RELATÓRIO DA OFICINA NACIONAL

Elaborado pela Equipe Técnica da
Fundação Delfim Mendes Silveira - FDMS/UFPeI

Dezembro de 2025 vers 1.0

Fundação Delfim Mendes Silveira - FDMS

Este documento configura a entrega para a FAO Brasil do

Relatório da Oficina Nacional

Parte integrante do Produto 2 da Análise Diagnóstica Transfronteiriça (ADT) do projeto Gestão Binacional e Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia da Lagoa Mirim e Lagoas Costeiras (GCP/RLA/231/GFF)

 Documento assinado digitalmente
GILBERTO LOGUERCIO COLLARES
Data: 06/12/2025 22:51:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Gilberto Loguercio Collares
Coordenador da Equipe Técnica

 Documento assinado digitalmente
RAFAEL CORTELETTI
Data: 07/12/2025 11:30:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rafael Corteletti
Coordenador Adjunto da Equipe Técnica

Pelotas, 05 de dezembro de 2025

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
Objetivo Geral.....	6
Objetivos Específicos	6
Metodologia	6
Convidados e Divulgação	10
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	14
3.1 Apresentações Técnicas	14
3.2 Dinâmica 1 – Como e Onde	16
3.3 Dinâmica 2 – Quando, Por que e considerações	17
3.4 Dinâmica 3: Ponderação dos subtemas	18
Resultados das Dinâmicas	18
4.1 Resultados das Dinâmicas 1 e 2	19
4.2 Resultado da Dinâmica 3 — Avaliação Individual de Relevância dos Subtemas	27
4.3 Síntese sobre cada um dos temas:.....	30
1. Perda da qualidade da água	30
2. Alterações e pressões sobre o ciclo hidrológico	31
3. Vulnerabilidade climática: Secas, inundações e aumento das temperaturas.....	31
4. Degradação dos ecossistemas devido às atividades humanas	31
5. Uso não sustentável dos recursos pesqueiros.....	31
6. Situações de vulnerabilidade social	32
7. Limitações de governança (carências)	32
Encerramento	32
6. Considerações Finais	33
7. Anexos	33

Lista de figuras

Figura 1. Mapa elaborado para a Dinâmica 1.....	8
Figura 2:Dados do evento: IV Encontro de Pescadores e Pescadoras da Lagoa Mirim e Mangueira.	11
Figura 3:Dados do evento: COP Sul - Pelotas 2025 / Roda de Conversa no Território .	11
Figura 4:Dados do evento: COP Sul - Pelotas 2025 / Roda de Conversa no Território .	11
Figura 5:Dados do evento: Visita a aldeia indígena Mbyá-Guarani Para Rokê.....	11
Figura 6:Dados do evento: Oficina Participativa do DSAP - Hidrovia Uruguai – Brasil ..	12
Figura 7:Dados do evento: Roda de Conversa COPSul na aldeia indígena Kaingang Gyró	12
Figura 8:Dados do evento: Visita a aldeia indígena Kaingang Goj Tánh	12
Figura 9:Dados do evento: Visita a aldeia indígena Kaingang Tanhve	12
Figura 10:Dados do evento: Visita a aldeia indígena Mbyá-Guarani Tekoá Y'rembé.....	13
Figura 11:Dados do evento: Visita ao Quilombo Alto do Caixão.....	13
Figura 12:Dados do evento: COP Sul - Pelotas 2025 / Roda de Conversa Água, Natureza, Alimento e Gênero	13
Figura 13:Dados do evento: COP Sul - Pelotas 2025 / Roda de Conversa Natureza, Alimentos e Comunidades.....	13
Figura 14 – Falas de abertura e apresentações temáticas.	15
Figura 15 – Dinâmica 1. Resposta à temas relacionados à BHLMLC, “onde e como?” .	16
Figura 16. Dinâmica 2 - Plenária sobre temas relacionados à BHLMLC, “Quando, Por que e considerações”	17
Figura 17: Computadores e QRCODE disponibilizados no evento para a Dinâmica 3.	18
Figura 18 – Termos mais frequentes durante o evento.	19
Figura 19: Falas de encerramento.....	33

Lista de siglas

ADT	Análise Diagnóstica Transfronteiriça
BHLMLC	Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim e Lagoas Costeiras
BR	Brasil
CLM	Comissão Binacional Mista para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim
COP	Conferência das Partes
COPSul	COPSul: Conferência Sul sobre Mudanças Climáticas (Pelotas, RS)
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FDMS	Fundação Delfim Mendes Silveira
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas

INTRODUÇÃO

A Oficina Participativa Nacional, realizada na Otroporto Indústria Criativa, em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, em 24 de novembro de 2025, teve como propósito central apresentar a Análise Diagnóstica Transfronteiriça (ADT) e mapear demandas que subsidiarão sua construção. O encontro buscou oferecer um espaço qualificado de escuta, diálogo e participação ativa dos atores sociais e demais partes interessadas na gestão da bacia, fortalecendo a construção coletiva e participativa das informações necessárias ao processo.

Objetivo Geral

Promover a participação dos atores e partes interessadas na coleta, organização e construção conjunta de informações que irão compor a Análise Diagnóstica Transfronteiriça (ADT).

Objetivos Específicos

- Apresentar o projeto, seus objetivos e os resultados dos Relatórios Técnicos elaborados até aquele momento;
- Expor os principais desafios relacionados aos temas apresentados;
- Atualizar o mapeamento das partes envolvidas e grupos de interesse, conforme trabalho desenvolvido pelo Grupo Técnico de Trabalho (GTT) Atores Sociais;
- Proporcionar um espaço de diálogo, participação, questionamentos e contribuições para o aprimoramento das informações coletadas.

Metodologia

A metodologia empregada na oficina foi estruturada em duas dinâmicas complementares, destinadas a compreender, a partir da percepção dos atores presentes, como, onde e quando os 07 temas e problemas identificados nas etapas anteriores do projeto ocorrem, além de explorar suas causas e demais elementos associados. Complementando essas atividades coletivas, realizou-se uma terceira dinâmica voltada à ponderação dos subtemas. Os temas e subtemas podem ser conferidos no Anexo A.

Como resultado, foram reunidas informações essenciais sobre cada tema e subtema, contemplando locais, formas de ocorrência, fatores envolvidos e as principais considerações apresentadas pelos participantes. O encontro registrou ampla participação social, reunindo perfis variados de atores e partes interessadas, o que enriqueceu o processo de construção coletiva.

Dinâmica 1

Identificação do como e onde dos problemas transfronteiriços.

Tempo estimado para a realização da atividade: 1h

Tempo estimado para apresentação do mapa-síntese: 10min;

Metodologia

Primeiro momento: Identificação de **COMO** e **ONDE** ocorrem os problemas transfronteiriços.

Apresentados previamente os problemas transfronteiriços (Apresentação F), os atores presentes serão convidados a refletir coletivamente sobre a localização espacial de cada um desses problemas.

Uma lista com os sete tópicos seguintes:

- (1) Perda da qualidade de água;**
- (2) Alterações e pressões sobre o ciclo hidrológico;**
- (3) Vulnerabilidade climática: secas, inundações e aumento da temperatura;**
- (4) Degradação dos ecossistemas por atividades antrópicas**
- (5) Uso não sustentável dos recursos pesqueiros**
- (6) situações de vulnerabilidade social**
- (7) Limitações da governança (carências)**

Os tópicos foram representados por sete adesivos/stickers que representam problemas específicos da Bacia, mais uma cor extra (prata e *post its*), destinada ao registro de novos problemas apontados pelos participantes.

Nesta primeira atividade, o grupo teve que localizar e identificar nos mapas disponibilizados os problemas de acordo com as cores atribuídas a ele, acompanhados das seguintes informações: **onde** o problema acontece no território e **as áreas afetadas** por ele. Ao final obtivemos cinco mapas com a distribuição espacial dos problemas previamente apresentados, junto aos problemas apontados pelos participantes.

Foram impressos cinco mapas em tamanho A1 contendo informações sobre o limite da Bacia, suas principais localidades e suas redes hidrográficas (Mapa 1) e distribuídos para cinco grupos. Os participantes tiveram em mãos uma lista dos problemas previamente definidos e apresentados pela Equipe, bem como adesivos pequenos circulares correspondentes às oito cores definidas.



Figura 1. Mapa elaborado para a Dinâmica 1.

Os participantes foram orientados a posicionar os adesivos nos mapas, indicando os locais onde cada problema ocorre, conforme sua percepção e experiência. Durante a dinâmica, cada mapa contará com a presença de dois integrantes da equipe da FDMS/UFPel, responsáveis por orientar, registrar as contribuições e esclarecer eventuais dúvidas.

Essa dinâmica permitiu visualizar padrões espaciais, estimular o diálogo entre diferentes atores e subsidiar a construção de um diagnóstico territorial compartilhado. A partir disso, os novos problemas elencados serão registrados por um mediador, reconhecido por cada um dos grupos.

Dinâmica 2

Identificação do quando, por que e quais soluções dos problemas transfronteiriços.

Tempo estimado para debate em grupos: 13h20 às 15h30

Metodologia

Organização dos grupos

A dinâmica foi realizada em uma única fase contínua, contemplando os sete problemas transfronteiriços, com discussão orientada por perguntas-âncora, utilizadas pelos mediadores para fomentar o debate.

Duas mediadoras registraram todas as contribuições no formulário padronizado, assegurando que cada problema receba respostas objetivas.

Perguntas âncoras:

“Quando ocorre?” (temporalidade, sazonalidade, frequência, eventos gatilho)

- Em quais épocas ou períodos do ano esse problema ocorre?
- Existe relação com seca, cheia, colheita, pesca, turismo ou ciclos produtivos?
- O problema aumenta em situações específicas (enchentes, estiagens prolongadas, eventos extremos, obras, mudanças institucionais)?
- Trata-se de um problema contínuo, sazonal ou episódico?

“Por que ocorre?” (causas estruturais e proximais, fatores institucionais, socioeconômicos, ambientais e de governança)

- Quais são as causas principais que originam ou intensificam o problema?
- Há fatores institucionais (fiscalização, legislação, coordenação)?
- Existem conflitos de uso da água, do solo ou de atividades produtivas?
- Há fatores distintos entre o lado brasileiro e o uruguaio?
- Que grupos sociais ou setores são mais impactados?

Possíveis soluções (propostas de mitigação, articulação binacional, ações locais, demandas institucionais)

- Quais ações poderiam reduzir ou resolver o problema?
- Quais medidas dependem apenas de iniciativas locais?
- Quais exigem coordenação ou acordos binacionais?
- Que instituições deveriam se envolver na solução?
- Qual o horizonte das ações (curto, médio ou longo prazo)?

Dinâmica 3: Estratégia de Registro e Captura dos Dados e Harmonização

Foi coletado e formulado através de formulário online:

<https://forms.office.com/r/Pn7sqHgb0A>

Ao longo do documento será descrito os principais resultados obtidos por cada uma das dinâmicas.

Convidados e Divulgação

A lista de convidados foi baseada na pesquisa realizada pelo GTT Atores Sociais, junto com a Lista de Atores disponibilizada pela FAO. A partir desse levantamento, foi enviado um e-mail convite para todas as partes interessadas identificadas nessa etapa, contabilizando 418 e-mails enviados. No e-mail, além de informações sobre data e local da oficina, foi anexado material de divulgação com informações gerais do projeto e o formulário de inscrição, que recebeu 87 inscrições antecipadas para o evento. Ao todo, o evento recebeu 106 inscrições (Anexo B e Anexo C).

A lista de convidados buscou garantir ampla representação setorial e territorial. Foram convidados representantes de:

- Ministérios e instituições federais;
- Órgãos estaduais e municipais;
- Comissões e consórcios intermunicipais;
- Comunidades tradicionais, associações locais e coletivos comunitários;
- Universidades e centros de pesquisa;
- Organizações da sociedade civil;

- Setores produtivos vinculados ao tema do projeto;
- Organismos internacionais parceiros.

Com o intuito de ampliar a divulgação da oficina e aumentar seu alcance, a equipe da FDMS/UFPel participou presencialmente de diversos eventos no território, além de divulgar em diferentes meios de comunicação o convite da Oficina (Anexo B e Anexo D). A equipe também realizou o convite presencialmente junto às comunidades indígenas e disponibilizou folders com informações gerais sobre o projeto, além de viabilizar o transporte para garantir a participação efetiva das lideranças. As participações nos eventos e as visitas às comunidades podem ser conferidas no Quadro 1.



Figura 2: IV Encontro de Pescadores e Pescadoras da Lagoa Mirim e Mangueira.

Local: Colônia de Pescadores de Santa Isabel Z24 - Arroio Grande.

Participantes: Nayara Gomes e Ana Carolina Sprenger.

Data: 07-11-2025.



Figura 3: COP Sul - Pelotas 2025 / Roda de Conversa no Território

Local: Restaurante Ponta da Barra.

Participantes: Idel Milani, Luciana Shighihara Lima

Data: 11-11-2025



Figura 4: COP Sul - Pelotas 2025 / Roda de Conversa no Território

Local: FRAGET - Fragata

Participantes: Paulo Duarte, Nayara Gomes

Data: 13-11-2025



Figura 5: Visita a aldeia indígena Mbyá-Guarani Para Rokê.

Local: Distrito de Domingos Petrolini, Rio Grande, RS

Participantes: Nayara Gomes

Data: 14-11-2025



Figura 6: Oficina Participativa do DSAP - Hidrovia Uruguai – Brasil
Local: Curral Alto, Santa Vitória do Palmar, RS
Participantes: Alexandre Bruch, Rafael Ehlert
Data: 15-11-2025



Figura 7: Roda de Conversa COPSul na aldeia indígena Kaingang Gyro
Local: Colônia Santa Eulália – Pelotas, RS
Participantes: Nayara Gomes, Rafael Corteletti
Data: 18-11-2025



Figura 8: Visita a aldeia indígena Kaingang Goj Tánh
Local: Cassino, Rio Grande - RS
Participantes: Nayara Gomes, Ana Carolina Sprenger, Manoella Reginato
Data: 21-11-2025



Figura 9: Visita a aldeia indígena Kaingang Tanhve
Local: Cassino, Rio Grande - RS
Participantes: Nayara Gomes, Ana Carolina Sprenger, Manoella Reginato
Data: 21-11-2025



Figura 10: Visita a aldeia indígena Mbyá-Guarani Tekoá Y'rembé

Local: Cassino, Rio Grande - RS

Participantes: Nayara Gomes, Ana Carolina Sprenger, Manoella Reginato

Data: 21-11-2025



Figura 11: Visita ao Quilombo Alto do Caixão

Local: Colônia Santo Antônio, Pelotas- RS

Participantes: Nayara Gomes

Data: 20-11-2025



Figura 12: COP Sul - Pelotas 2025 / Roda de Conversa Água, Natureza, Alimento e Gênero

Local: Campus Anglo UFPel.

Participantes: Esmeralda Faria, Gilberto Collares, Rafael Corteletti, Consultora FAO Daniela Nogueira

Data: 28-11-2025



Figura 13: COP Sul - Pelotas 2025 / Roda de Conversa Natureza, Alimentos e Comunidades

Local: Saguão da Prefeitura Municipal de Pelotas.

Participantes: Esmeralda Faria, Rafael Corteletti, Consultora FAO Daniela Nogueira

Data: 28-11-2025

Quadro 1 – Eventos em que a equipe da FDMS/UFPel participou.

A partir do formulário de inscrição, foi possível identificar a diversidade de perfis inscritos, como pode ser observado no Gráfico 1. No total, o evento recebeu 90 pessoas com ampla diversidade e representatividade, conforme demonstra a lista de presença da oficina disponível no Anexo E, desde a) abrangência territorial, com representantes de todas as regiões, incluindo municípios, áreas rurais, comunidades ribeirinhas, organizações locais e instituições de pesquisa regionais, incluindo b) órgãos governamentais, instituições científicas, entidades comunitárias, ONGs, pessoas do setor produtivo e parceiros institucionais e c) representantes governamentais, ministeriais e de

secretarias estaduais, bem como lideranças comunitárias e representantes de órgãos técnicos responsáveis pela implementação e apoio ao projeto.

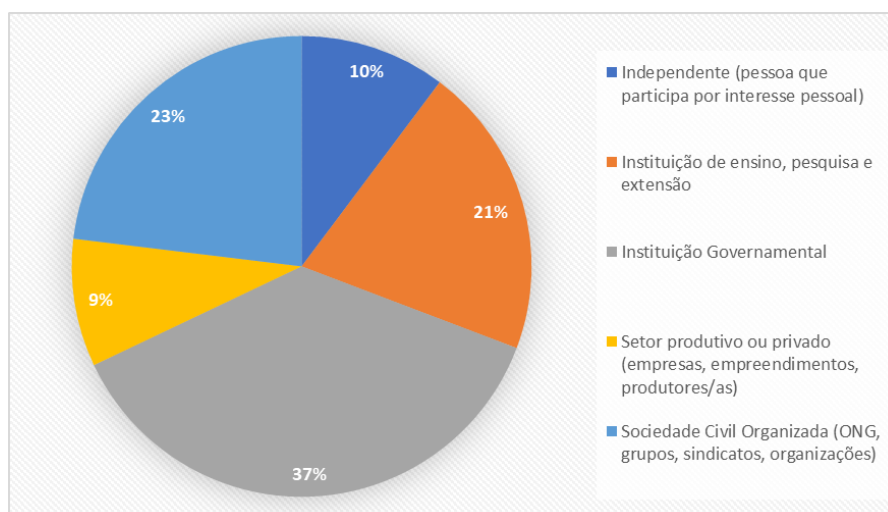


Gráfico 1 – Perfil dos inscritos no evento através do formulário de inscrição antecipado.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

As atividades iniciaram pela manhã, com falas de abertura do coordenador da equipe, Gilberto Collares. Na sequência, falaram o Prefeito Municipal de Pelotas, Fernando Stephan Marroni; o Vice-Reitor da Universidade Federal de Pelotas, Prof. Eraldo Pinheiro; o Coordenador-Geral de Gestão de Recursos Hídricos – CGRH, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional-MIDR, Alberto Batista da Silva Filho; o Diretor- Presidente da Fundação Delfim Mendes Silveira, Prof. Cesar Dalmolin Bergoli e, por fim, a Coordenadora brasileira do projeto, Danielle Alencar. Todos ressaltaram a relevância do encontro, apresentaram o histórico do projeto e destacaram a importância da construção coletiva para o entendimento e aprimoramento da gestão da Bacia da Lagoa Mirim.

Na sequência, ocorreu uma breve rodada de apresentações entre os/as participantes presentes. Cada participante compartilhou seu nome, instituição e área de atuação, favorecendo a compreensão da diversidade de perfis presentes e reforçando a representatividade dos diferentes setores envolvidos no processo. A programação da oficina pode ser consultada através do Anexo F.

3.1 Apresentações Técnicas

- Após as falas de boas-vindas e apresentações, a manhã seguiu com as apresentações técnicas que abordaram a construção da ADT, detalhando seus objetivos, metodologia escolhida e estrutura geral, além dos principais resultados

encontrados sobre a Bacia no âmbito de execução dos Relatórios Temáticos que também irão compor a Análise (Figura 14).

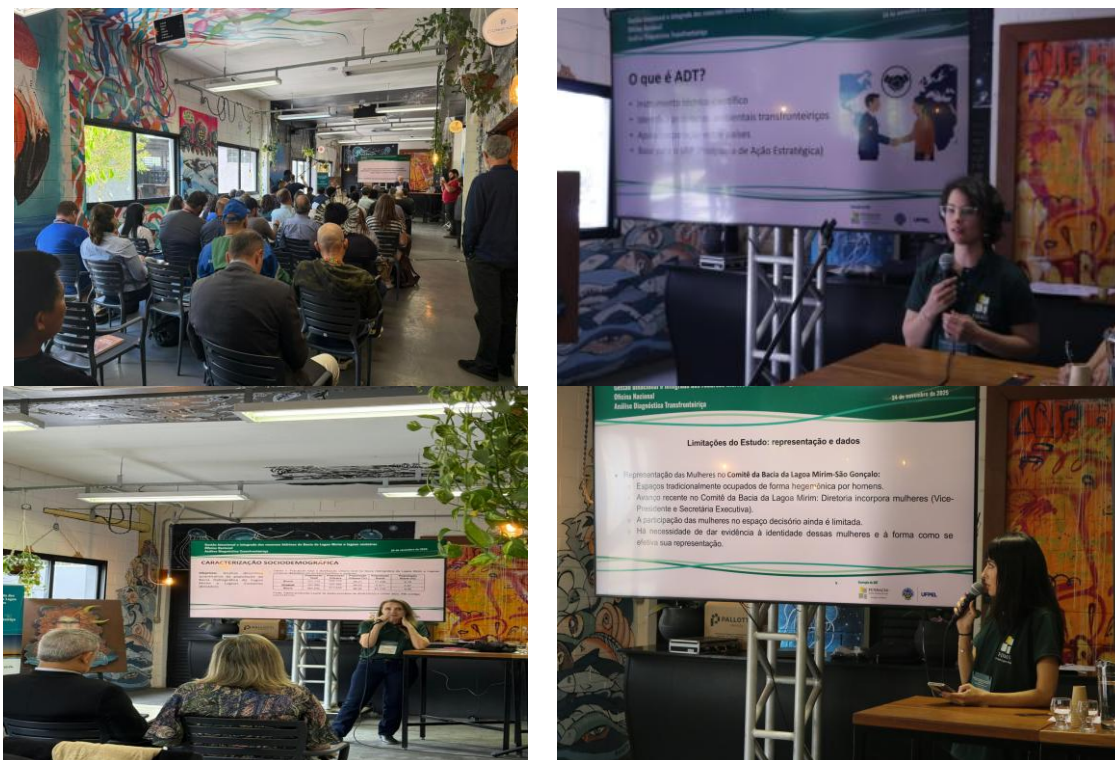


Figura 14 – Falas de abertura e apresentações temáticas.

As apresentações temáticas (Anexo E) foram divididas por:

- Explicação clara e objetiva sobre o conceito de ADT, incluindo exemplos de aplicações em outras regiões, apresentado por Luciana Lima.
- Apresentação sobre a temática social e econômica da Bacia, destacando dinâmicas populacionais, atividades produtivas e principais desafios, apresentado por Silvana Schimanski.
- Apresentação da temática ambiental e dos diferentes usos da água no território, evidenciando conflitos de uso, pressões e condições atuais dos recursos naturais, apresentado por George Marino Gonçalves.
- Explicação sobre gênero e equidade, reforçando a importância de integrar perspectivas inclusivas e interseccionais no planejamento territorial, apresentado por Esmeralda Farias.

Exposição das principais temáticas identificadas durante a elaboração dos Relatórios Temáticos, reunindo percepções e dados levantados nos eventos preparatórios, apresentado por Luciana Lima. Ao final desse bloco, realizou-se uma transição breve para dar início às atividades participativas.

3.2 Dinâmica 1 – Como e Onde

A **Dinâmica 1** concentrou-se na identificação de *como* e *onde* ocorrem os temas pré-elencados. Após a equipe apresentar os sete problemas/temas listados, os participantes foram convidados a localizá-los na Bacia, de modo espacial, em mapas interativos. Por meio de adesivos coloridos correspondentes a cada tipo de problema (além de uma cor adicional para novos apontamentos), os grupos registraram, conforme sua percepção e experiência, os locais de ocorrência e as áreas afetadas. A atividade contou com a mediação de integrantes da FDMS/UFPEl, que orientaram, registraram dúvidas e sistematizaram contribuições (Figura 15).



Figura 15 – Dinâmica 1. Resposta à temas relacionados à BHLMLC, “onde e como?”

3.3 Dinâmica 2 – Quando, Por que e considerações

A segunda dinâmica se concentrou na identificação do “**Quando**” e “**Por que**” os problemas ocorrem, com o intuito de aprofundar a análise temporal e causal dos temas destacados anteriormente. A equipe responsável optou pelo formato de plenária e possibilitou a todas as pessoas participantes a oportunidade de falar abertamente sobre cada um dos temas trabalhados na dinâmica anterior. (Figura 16).



Figura 16. Dinâmica 2 - Plenária sobre temas relacionados à BHLMLC, “Quando, Por que e considerações”.

A plenária favoreceu o diálogo direto entre os diferentes atores presentes e permitiu compreender e contribuir melhor nas discussões de relações de causa e efeito e nos processos históricos que influenciam o território. Todas as contribuições foram

registradas pela equipe facilitadora, garantindo a integração dos diferentes pontos de vista ao material final da oficina.

3.4 Dinâmica 3: Ponderação dos subtemas

A terceira dinâmica consistiu no preenchimento de um questionário destinado a avaliar o grau de relevância de cada subtema relacionado aos grandes temas discutidos na oficina. Durante todo o dia, pessoas membras da equipe técnica ficaram disponíveis, acompanhadas de computadores portáteis, com o intuito de coletar respostas e facilitar o acesso. Além disso, foi disponibilizado um QR Code, para que os participantes também pudessem responder por aparelhos digitais próprios (Figura 17).

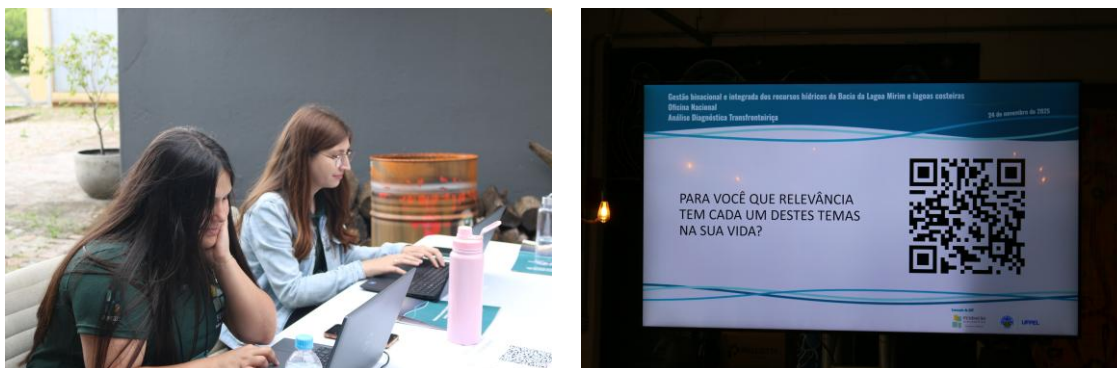


Figura 17: Computadores e QR CODE disponibilizados no evento para a Dinâmica 3.

Resultados das Dinâmicas

As atividades participativas realizadas ao longo do dia permitiram reunir uma ampla diversidade de percepções, experiências e prioridades relacionadas aos principais temas da Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim e Lagoas Costeiras (BHLMLC). As discussões coletivas, bem como as dinâmicas em grupos e em modo plenária, resultaram em um conjunto de informações qualitativas essenciais para compreender os desafios e potencialidades do território.

Durante as atividades e discussões, os participantes apontaram:

- Problemas prioritários vivenciados pelas comunidades e instituições atuantes no território;
- Conflitos socioambientais e demandas emergentes relacionados ao uso da água e à dinâmica socioeconômica local;
- Percepções sobre riscos, vulnerabilidades e potencialidades associadas ao território;
- Propostas de ações estruturantes para fortalecer a gestão ambiental e promover a integração entre os diferentes atores.

Todo o material produzido ao longo deste encontro serviu como base para a consolidação das análises e conclusões, enriquecendo o processo com perspectivas técnicas, comunitárias e institucionais, todas territorializadas e representativas da realidade da bacia.

4.1 Resultados das Dinâmicas 1 e 2

As contribuições registradas pelos grupos evidenciaram:

- forte conexão dos participantes com o território e suas diferentes regiões;
- reconhecimento dos problemas socioambientais que afetam diretamente os setores produtivos, especialmente a pesca e o agronegócio;
- destaque para a relevância da representação dos diferentes setores e da escuta ativa entre representantes institucionais e comunitários;
- identificação de temáticas recorrentes, como conflitos de uso da água, questões sociais, impactos ambientais, governança e desafios econômicos;
- valorização do espaço de troca proporcionado pela oficina, refletido em palavras como “*experiências*”, “*muitas trocas*” e “*dinâmica proposta*”.

Esses elementos aparecem representados na nuvem de palavras construída a partir das manifestações espontâneas feitas durante a plenária e comentários sobre a dinâmica complementar, ilustrando os termos frequentemente mencionados, conforme Figura 18.



Figura 18 – Termos mais frequentes durante o evento.

Através dos debates realizados durante o dia, novos pontos foram elencados, sendo eles:

- Ameaças aos sítios arqueológicos na região de Santa Vitoria do Palmar em decorrência de atividades humanas de agricultura e empreendimentos imobiliários (dentro do tema de degradação);
- Fraudes e usos indevidos do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) (dentro do tema de pesca ilegal), na categoria pescador profissional, resultando em sua utilização para práticas ilícitas, incluindo narcotráfico e crimes de abigeato ao longo de toda a extensão da Lagoa;
- Práticas turísticas na Praia do Hermenegildo que vem gerando impactos significativos no meio ambiente, principalmente pelo uso indevido de veículos em áreas de preservação e a contaminação das águas (dentro do tema de degradação);

- Práticas turísticas na comunidade de Santa Isabel, Arroio Grande, que vem afetando o bem-estar socioeconômico da comunidade e a economia da pesca artesanal (dentro dos temas de governança/regulação da pesca esportiva);
- Ordenamento na legislação pesqueira entre Brasil e Uruguai (dentro do tema de governança);
- Inacessibilidade de informações e desconhecimento de ferramentas técnicas por parte das comunidades indígenas e quilombolas que geram vulnerabilidade social e invisibilidade étnica, evidenciando a necessidade de programas de incentivo que promovam segurança das populações, bem como iniciativas de acolhimento e apoio social (dentro do tema de espaços de participação);
- Remoção e desaparecimento de áreas verdes e nativas conectadas aos corpos d'água, bem como a redução da fauna local na área da Colônia Santa Eulália, nas redondezas da comunidade indígena Kaingang Gyró. Destaca-se que a manutenção da água é essencial para a preservação das matas e da vida silvestre, assim, a degradação e poluição das nascentes representa uma ameaça direta à continuidade desses ambientes e dos ecossistemas. Além disso, registra-se ainda o avanço do desmatamento ao redor do território e a consequente redução de áreas destinadas ao cultivo da comunidade (dentro do tema de degradação);

A seguir, apresenta-se um quadro-síntese (Quadro 1) com as informações coletadas sobre os sete problemas/temas pré-definidos, elaborado a partir das contribuições registradas durante a oficina. Os mapas interativos produzidos durante a Dinâmica 1 pode ser consultado no Anexo G.

Tema	Onde	Como	Quando	Por que	Considerações gerais
Tema 1 – Perda da qualidade da água	- Boca do Canal São Gonçalo e Lagoa dos Patos. - Arroio Pelotas e arredores, incluindo áreas urbanas periféricas. - Entorno das comunidades indígenas e quilombolas. - Áreas rurais; - Municípios e localidades citadas: Pelotas, Pedro Osório, Candiota, Hulha Negra, Jaguarão, Herval, Chuí, Santa Vitória do Palmar, Arroio Grande, Morro Redondo.	- Esgoto urbano lançado diretamente no Arroio Pelotas. - Poluentes agrícolas (agrotóxicos, monocultura) e descarte irregular de resíduos. - Poluição industrial e doméstica difusa, especialmente em áreas rurais. - Desmatamento de matas ciliares, removendo proteção natural dos cursos d'água. - Impactos de dragagens, casas de bombas e possível Hidrovia. - Falta de limpeza e manutenção pública nas margens e áreas de uso, recreativo.	- Problemas ocorrem o ano inteiro, segundo relatos a falta de tratamento de esgoto é permanente. - Verão: baixa d'água intensifica odor e visibilidade da poluição. - Inverno: cheias ampliam contaminação. - Últimos dois anos: avanço do desmatamento e uso de venenos.	- Falta de fiscalização e expansão agrícola desordenada. - Ausência de saneamento básico adequado. - Especulação imobiliária em áreas vulneráveis. - Pressões de obras e infraestrutura hídrica sem mitigação.	- Afeta abastecimento, pesca, recreação e usos culturais/espirituais. - Impacta diretamente povos tradicionais e a biodiversidade, que sofrem diretamente com a poluição de águas consideradas sagradas. - Necessidade de ações urgentes: saneamento, proteção de nascentes, restauração de matas ciliares, fiscalização efetiva e participação comunitária.
2. Alterações e pressões sobre o ciclo hidrológico	- Banhados e zonas úmidas; - Canal São Gonçalo, Pontal da Barra, Lagoa dos Patos, Santa Vitória do Palmar, Vila Santa Isabel;	- Aterramento e destruição de banhados por expansão urbana, agricultura e especulação imobiliária. - Dragagens profundas alterando	- Processo histórico de destruição dos banhados. - Secas e cheias intensas em 2023–2024 (incluindo 8 meses de	- Expansão urbana e especulação imobiliária em áreas úmidas. - Monocultura e drenagens produtivas com mudanças de cursos naturais.	- As alterações no ciclo hidrológico atingem diretamente a pesca artesanal, ameaçando a subsistência de dezenas de famílias; - Perda de funções ecológicas dos banhados causa maior risco de enchentes.

	• Lagoa Mirim e áreas rurais com canais agrícolas; • Passo dos Negros e áreas periféricas sujeitas a alagamentos;	fluxo, sedimentos e habitats. • Canalização artificial em áreas de agricultura, acelerando escoamento e enchentes. • Captação e uso produtivo de água sem controle • Perturbação dos pulsos naturais de cheias/secas.	inundação na Vila Santa Isabel). • Verão: piora na qualidade da água e conflitos de uso. • Durante/após obras de dragagens: risco de elevação rápida do nível da água. • Em eventos de chuva forte e ventos intensos: Lagoa Mirim sofre sobrepressões, com rápida elevação do nível da água.	• Obras hidráulicas sem consulta às comunidades. • Ausência de saneamento e fiscalização. • Mudanças climáticas intensificando extremos.	• Comunidades tradicionais relatam perdas culturais, cosmológicas e territoriais associadas à descaracterização das áreas úmidas. • Necessidade de gestão integrada, fiscalização e consulta prévia.
3. Vulnerabilidade climática: Secas, inundações e aumento das temperaturas	• Estado do Rio Grande do Sul como um todo (eventos extremos recentes). • Pelotas: margens do Canal São Gonçalo e áreas de banhado afetadas por ocupações e especulação imobiliária. • Município de Pelotas e entorno, sob atuação da Defesa Civil.	• Aumento da frequência e intensidade de enchentes, secas, ciclones e ventos extremos. • Ocupação desordenada em áreas de risco, agravando impactos em populações vulneráveis. • Falta de execução de políticas já estudadas e ausência de ações	• Recentemente, com destaque para as enchentes de 2024 e secas severas nos anos anteriores. • Eventos extremos já eram parte do clima regional, mas tornaram-se mais frequentes e mais intensos nas últimas décadas. • Vulnerabilidade crescente durante	• Agravamento das mudanças climáticas por emissão de gases de efeito estufa. • Ações antrópicas que ampliam riscos: desmatamento, impermeabilização do solo, expansão urbana irregular. • Falta de planejamento urbano e liberação de obras em áreas sensíveis.	• Urgência de transformar estudos e diagnósticos em ações concretas. • Prioridade para proteger populações mais vulneráveis. • Necessidade de planos efetivos de contingência. • Recuperação e acesso adequado a dados ambientais. • Implementação de políticas locais de adaptação e redução de emissões.

		diretas para proteger grupos mais afetados. • Perda ou interrupção de sistemas de monitoramento ambiental e hidrológico, reduzindo a capacidade de resposta.	períodos de clima extremo no RS (verões secos; outonos/invernos com enchentes).	• Baixa execução de políticas públicas, apesar da existência de estudos e diagnósticos.	
4. Degradação dos ecossistemas devido às atividades humanas	• Áreas rurais produtivas do Rio Grande do Sul. • APPs (Áreas de Preservação Permanente) reguladas pela legislação estadual e federal. • Municípios e localidades citados: Chuí, Santa Vitoria do Palmar, toda a extensão da Lagoa Mirim, Arroio Grande, Pelotas.	• Conflitos entre produção rural e regras ambientais consideradas complexas. • Pressão pela revisão da legislação de APPs, que determina limites de uso e proteção das áreas. • Fiscalização intensa de áreas produtivas, vista como um fator que restringe atividades rurais.	• De forma contínua, especialmente após a reforma do Código Florestal Brasileiro. • No processo de regulamentação conduzido pela SEMA, que aumenta exigências e fiscalização.	• Percepção de que há excesso de complexidade nas normas ambientais. • Sentimento de desequilíbrio entre áreas produtivas e áreas protegidas já existentes. • Demandas do setor produtivo por revisão do percentual de APPs para ampliar áreas agrícolas.	• O setor rural solicita revisão das normas de APPs, buscando conciliar produção com proteção ambiental. • Debate marcado por tensões entre uso produtivo da terra, regulação ambiental e fiscalização.
5. Uso não sustentável dos recursos pesqueiros	• Lagoa dos Patos, Canal São Gonçalo e Lagoa Mirim. • Comunidades pesqueiras de toda extensão da Bacia. • Áreas de turismo pesqueiro e regiões	• Legislação atual obriga o descarte do bagre, causando mortalidade massiva nas margens e desperdício do recurso.	• Durante o ano todo, com agravamento em épocas de água cheia (maior captura, menor comercialização) e no verão,	• Legislação pesqueira considerada inadequada e desatualizada, gerando perdas ambientais e econômicas.	• Pescadores defendem revisão da legislação, especialmente referente ao bagre, e maior controle de espécies invasoras. • Sugere-se uma normativa binacional para equilibrar

	impactadas por dragagens.	• Espécies invasoras (piranha/palometa) avançam pela bacia, afetando peixes nativos e aumentando conflitos na pesca. • Atividades de pesca esportiva e turismo retiram pescado e competem com a pesca artesanal. • Dragagens lançam sedimentos nas margens e afetam ciclo reprodutivo e disponibilidade de peixes. • Silvicultura de acácias altera ecossistemas e afeta nascentes, interferindo na reprodução e no equilíbrio de espécies aquáticas.	quando o turismo intensifica conflitos. • Recentemente, com a chegada mais frequente da piranha ao Canal São Gonçalo e à Lagoa Mirim. • Durante períodos de dragagem e obras relacionadas à Hidrovia.	• Ausência de normativa comum entre Brasil e Uruguai, dificultando manejo integrado. • Falta de controle sobre espécies invasoras e impactos das monoculturas. • Pressões da pesca esportiva, turismo e obras hidráulicas sobre áreas tradicionais de pesca artesanal.	regras entre os dois países. • O período de defeso é reconhecido como importante, mas não suficiente diante das pressões atuais. • Preocupação crescente com perda de renda, conflitos de uso e impactos da Hidrovia e dragagens sobre a subsistência local.
6. Situações vulnerabilidade social	• Territórios indígenas presentes em toda a área do projeto. • Bacia da Lagoa Mirim e sítios arqueológicos tradicionais. • Pelotas e região, com forte concentração	• Inacessibilidade a informações, dados técnicos e ferramentas digitais, dificultando o acesso a direitos e políticas públicas. • Violações recorrentes de direitos territoriais,	• De forma contínua e histórica, segundo lideranças indígenas. • Intensificação atual pela falta de políticas efetivas e pela dificuldade	• Modelo de desenvolvimento baseado na expansão agropecuária, com baixa diversificação produtiva. • Falta de políticas públicas para reconhecer,	• Necessidade urgente de reconhecer e valorizar os povos indígenas, protegendo territórios, cultura e patrimônio arqueológico. • Demandas por políticas que vão além do discurso, com ações concretas de inclusão social, proteção

	agrícola e baixa diversificação econômica. Municípios e localidades citados: Jaguarão, Arroio Grande, Capão do Leão, Piratini, Pelotas,	culturais e identitários de povos indígenas. - Perda de patrimônio cultural e espaços sagrados (matas, banhados, cemitérios ancestrais). - Racismo estrutural afetando acesso ao trabalho, renda, oportunidades e políticas de proteção social. - Escassez de empregos e dependência econômica do setor agropecuário, com poucos investimentos em outros setores.	crescente de acessar informações públicas. Situações permanentes de desemprego, deslocamento forçado e fragilidade econômica.	proteger e valorizar povos tradicionais. - Ausência de ferramentas acessíveis para que comunidades vulneráveis exerçam sua cidadania. - Racismo e discriminação, que limitam acessos e oportunidades de forma estrutural. - Falta de planejamento urbano e social adequado para reduzir desigualdades regionais.	territorial e acesso à informação. - Importância de repensar modelos de ocupação e desenvolvimento da região, incorporando dimensões culturais, ambientais e econômicas. - Reconhecimento de que vulnerabilidade social está diretamente ligada à falta de oportunidades, racismo e invisibilidade institucional.
7. Limitações de governança (carências)	- Zonas pesqueiras da Lagoa dos Patos, Canal São Gonçalo, Lagoa Mirim, Arroio Grande, Vila Santa Isabel. - Fronteira Brasil–Uruguai (gestão transfronteiriça da pesca e economia regional).	- Falta de normativa binacional para a pesca artesanal, criando desigualdade e insegurança jurídica para pescadores dos dois países. - Seguro-defeso insuficiente: pescadores continuam pescando no período proibido	- Durante o período de defeso, quando a falta de assistência força pesca irregular. - Historicamente, com fragilidades recorrentes na fiscalização do RGP e uso indevido da	- Ausência de coordenação transfronteiriça harmonizada entre Brasil e Uruguai. - Falhas nos sistemas de controle e verificação da atividade pesqueira. - Baixa efetividade de programas sociais destinados a	- Há forte demanda por normativas binacionais, fiscalização mais rigorosa do RGP e políticas que garantam renda mínima durante o defeso. - O manejo das comportas precisa ser revisto e tecnicamente aprimorado. - A governança precisa integrar segurança, meio ambiente, pesca

	• Sistema da barragem e eclusa do São Gonçalo. • Regiões produtivas rurais.	porque não conseguem sobreviver do benefício. • Fraudes no Registro Geral da Pesca (RGP): emissão sem critérios, permitindo que não pescadores acessem direitos, causem crimes e gerem estigma sobre pescadores reais. • Falhas no manejo das comportas da barragem e eclusa, com impactos na biodiversidade e na segurança hídrica. • Percepção do setor agropecuário de que o projeto apresenta uma visão negativa da produção agrícola, pedindo revisão da abordagem. • Contrabando de insumos agrícolas e crimes associados (abigeato, tráfico) afetando segurança regional.	carteira de pescador. • Continuamente, no manejo inadequado das comportas e na falta de integração entre os dois países. • Em momentos de pressão econômica, quando pescadores são aliciados devido à falta de renda.	pescadores artesanais. • Divergências entre visões ambientais e produtivas, com o setor agropecuário reivindicando uma abordagem mais científica e menos estigmatizada. • Vulnerabilidade social que facilita aliciamento para atividades ilegais.	artesanal, agropecuária e desenvolvimento regional. • Setores produtivos pedem que o projeto trate a agropecuária de forma equilibrada e com base científica. • Reconhece-se que vulnerabilidades sociais (renda, trabalho, criminalidade) estão diretamente conectadas às falhas na governança ambiental e territorial.
--	--	--	---	--	--

Quadro 2. Síntese da plenária e identificação de onde, como, quando, por que e considerações gerais dos 07 temas pré-elencados.

4.2 Resultado da Dinâmica 3 — Avaliação Individual de Relevância dos Subtemas

Cada pessoa indicou, de forma independente, o quão prioritário considerava cada subtema, permitindo:

- captar percepções individuais sem influência do grupo;
- comparar prioridades entre diferentes setores (comunidades locais, pesca, agricultura, instituições públicas, organizações ambientais etc.);
- identificar convergências e divergências entre áreas temáticas;
- reforçar ou complementar pontos destacados coletivamente nas dinâmicas anteriores;
- gerar um conjunto de dados quantificável que contribui para a priorização futura das ações da ADT.

Essa dinâmica se mostrou fundamental para validar tendências observadas nas discussões e para garantir que vozes menos presentes na plenária também fossem consideradas. O formulário aplicado na dinâmica pode ser verificado no Anexo H.

Síntese Qualitativa dos Resultados

Ao todo, foram 42 respostas captadas. A análise geral das respostas mostra um padrão claro, conforme segue:

- Forte consenso sobre a relevância dos temas apresentados
- A grande maioria das respostas se concentra nas categorias “Muito importante” e “Importante”, refletindo a percepção de que os problemas abordados são críticos para o território da BHLMLC.
- Convergência entre diferentes setores - Embora os participantes pertençam a áreas distintas (governamental, pesca, comunidade, agricultura, meio ambiente), houve grande alinhamento nas prioridades.

Subtemas com maior unanimidade

Os subtemas que foram amplamente classificados como “Muito importante”:

- qualidade da água,
- alterações do ciclo hidrológico,
- vulnerabilidade climática,
- degradação ambiental,
- uso não sustentável dos recursos naturais,
- e limitações de governança

Baixa ocorrência de neutralidade ou desimportância

Categorias como “Neutro”, “Pouco importante” e “Nada importante” praticamente não apareceram, indicando forte percepção coletiva de urgência.

Análise AHP da Dinâmica 3 – Priorização dos Temas

As respostas individuais ao questionário de relevância dos subtemas foram utilizadas para uma análise de priorização com base no método AHP (Analytic Hierarchy Process). As categorias qualitativas de resposta – “Muito importante”, “Importante”, “Neutro”, “Pouco importante” e “Nada importante” – foram convertidas em uma escala numérica (7, 5, 3, 1 e 0, respectivamente).

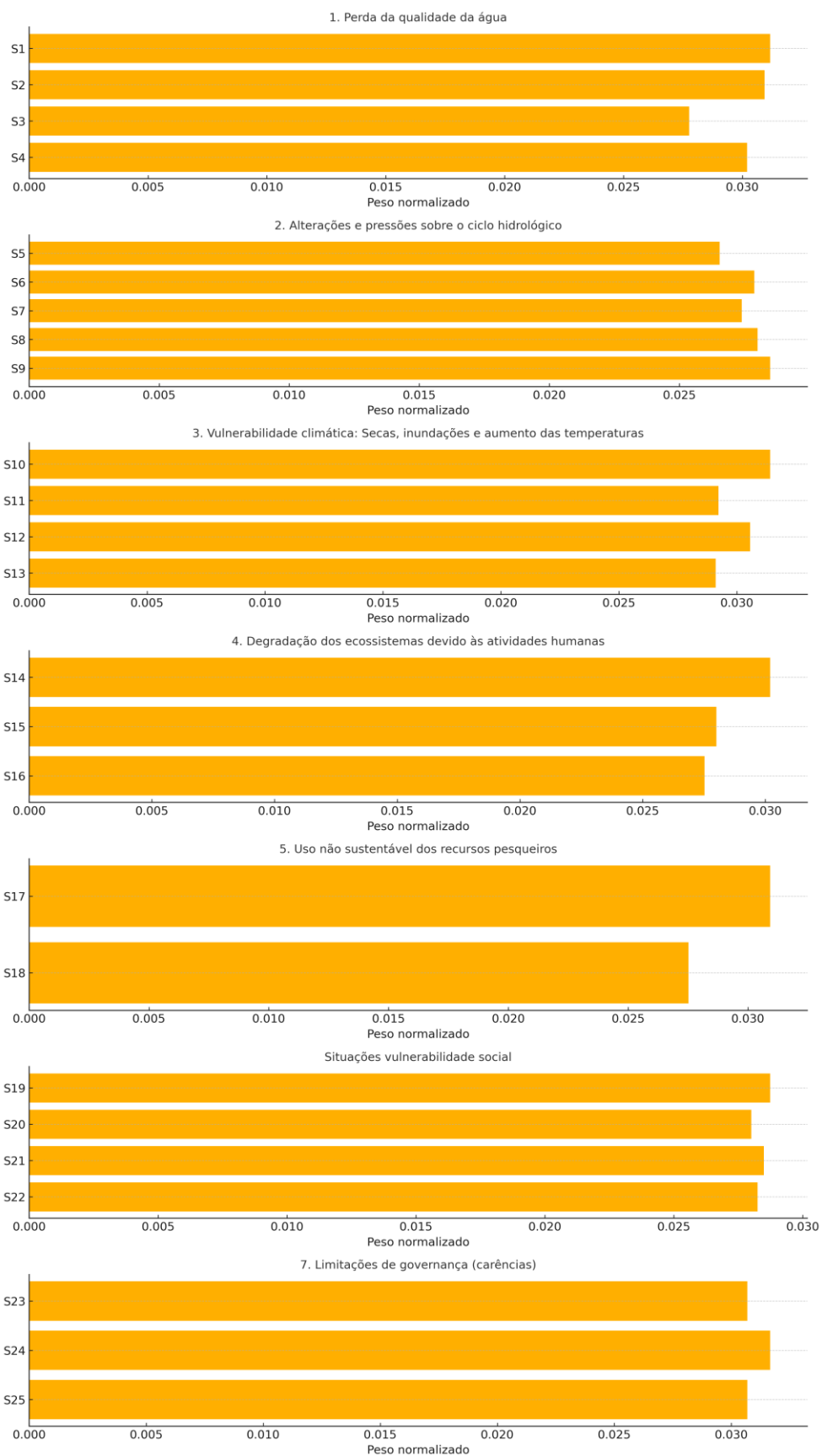
Para cada subtema foi calculado um escore médio, que posteriormente foi normalizado, resultando em um peso relativo (prioridade) associado a cada subtema. Em seguida, esses escores foram agregados por tema principal, obtendo-se também pesos normalizados por tema.

Os resultados indicam que os temas **“Limitações de governança”** e **“Perda da qualidade da água”** aparecem com os maiores pesos relativos, seguidos de perto por **“Vulnerabilidade climática: secas, inundações e eventos extremos”** e **“Degradação dos ecossistemas devido às atividades humanas”**. Esses temas concentram a maior percepção de urgência e relevância por parte dos participantes.

No nível dos subtemas, destacam-se como mais prioritários:

- a entrada de poluentes provenientes de centros urbanos e de atividades agrícolas e pecuárias, vinculados à perda da qualidade da água;
- os sistemas de monitoramento e desempenho frente a riscos, como componente central das limitações de governança;
- a transformação da cobertura natural do solo, associada à degradação de ecossistemas;
- e os eventos extremos de inundações em zonas urbanas, relacionados à vulnerabilidade climática.

A análise AHP reforça, de forma estruturada e quantitativa, as percepções qualitativas captadas ao longo das dinâmicas de grupo e da plenária, fornecendo uma base transparente para a priorização de ações futuras no âmbito da Análise Diagnóstica Transfronteiriça.



S1: Entrada de poluentes de produção agrícola e pecuária

S2: Entrada de poluentes da indústria

- S3: Aporte de contaminantes domiciliares rurais
- S4: Vulnerabilidade dos aquíferos à intrusão de poluentes em zonas de recarga
- S5: Extração de água subterrânea para a produção
- S6: Captação de água superficial (corpos de água, precipitação e escoamento)
- S7: Canalização de água para produção e mudança no regime de risco de inundação em zonas úmidas
- S8: Redução da capacidade de infiltração e recarga por mudanças no uso do solo
- S9: Perturbação de pulsos naturais de inundações e secas causadas por obras hidráulicas e barreiras
- S10: Eventos extremos de inundações em zonas urbanas
- S11: Eventos extremos de inundações que afetam áreas agroindustriais
- S12: Intensificação de secas e aumento de mudanças de temperatura resultantes das mudanças climáticas
- S13: Capacidade de adaptação frente a secas e ondas de calor
- S14: Erosão e sedimentação
- S15: Regime de rotação de cultivos
- S16: Atribuição do uso do solo para sistemas produtivos
- S17: Pesca ilegal
- S18: Correntes de valor e comercialização
- S19: Condições de trabalho, riscos e precariedade
- S20: Baixa diversificação de oferta de emprego
- S21: Fatores de risco da população urbano e rural
- S22: Perda de herança cultural e étnica
- S23: Limiares e valores da qualidade da água permitida
- S24: Sistemas de monitoramento e desempenho frente a desastres
- S25: Espaços de participação

4.3 Síntese sobre cada um dos temas:

1. Perda da qualidade da água

Os participantes atribuíram alta relevância a praticamente todos os subtemas associados à perda da qualidade da água, o que demonstra consenso sobre a gravidade dos impactos relacionados à poluição hídrica na região. Os subtemas que receberam maior peso concentram-se em fontes de poluição antrópica, principalmente:

Entrada de poluentes de produção agrícola e pecuária (S1) - Foi identificado como um dos pontos de pressão mais significativos, evidenciando preocupações com o uso de insumos, fertilizantes, pesticidas e manejo inadequado do solo.

Entrada de poluentes da indústria (S2) - Também recebeu alta prioridade, refletindo inquietações com efluentes industriais nos municípios e áreas produtivas da bacia.

Os demais subtemas (poluição urbana, contaminantes domiciliares rurais e vulnerabilidade dos aquíferos) reforçam que a deterioração da água é percebida como uma problemática transversal, presente em áreas urbanas, rurais e industriais.

2. Alterações e pressões sobre o ciclo hidrológico

Este tema apresentou pesos elevados e bastante equilibrados entre os subtemas, indicando que os participantes percebem múltiplas pressões simultâneas sobre o ciclo hidrológico. Destacam-se:

Extração de água subterrânea para produção (S6) e Captação de água superficial (S7)

- Ambos foram avaliados como altamente relevantes, evidenciando riscos relacionados ao uso intensivo para fins produtivos e à possível redução da disponibilidade hídrica.

Redução da capacidade de infiltração e recarga (S9) e Perturbação dos pulsos naturais por obras hidráulicas (S10) - Estes dois últimos temas reforçam a percepção de que modificações físicas e estruturais na paisagem vêm alterando a dinâmica natural da bacia, contribuindo para riscos hidrológicos e ambientais.

3. Vulnerabilidade climática: Secas, inundações e aumento das temperaturas

Os resultados indicam forte preocupação com eventos extremos e suas repercussões socioeconômicas e ambientais. Os subtemas mais bem posicionados incluem:

Eventos extremos de inundações em zonas urbanas (S11) - Considerado particularmente relevante, associando riscos diretos à população.

Inundações em áreas agroindustriais (S1) - Aponta vulnerabilidade do setor produtivo, especialmente arroz, pecuária, granjas e agroindústrias.

Secas, ondas de calor e aumento de temperaturas (S13 e S15) - Evidenciam a percepção de que a mudança climática intensifica cenários previamente existentes e compromete infraestrutura, produtividade e bem-estar social.

A menção à **infraestrutura urbana e rural (S14)** mostra que a capacidade instalada pode não ser suficiente para absorver os impactos projetados.

4. Degradação dos ecossistemas devido às atividades humanas

Os subtemas ligados à transformação da paisagem natural foram fortemente priorizados, com destaque para:

Transformação da cobertura natural do solo (S17) - O subtema recebeu peso particularmente elevado, indicando preocupação com perda de habitats, fragmentação, impactos sobre espécies e redução dos serviços ecossistêmicos.

Erosão e sedimentação (S16) - Aparece como problema crítico, associado tanto à degradação ambiental quanto ao assoreamento de canais, lagunas e áreas produtivas.

Regime de rotação de cultivos (S18) e Conversão de áreas para sistemas produtivos (S19) - indicando que práticas agrícolas influenciam diretamente a saúde dos ecossistemas.

5. Uso não sustentável dos recursos pesqueiros

Os subtemas deste bloco receberam pesos expressivos, refletindo a importância socioeconômica e cultural da pesca na região. Foram particularmente destacados:

Sobrepesca (S21), Captura incidental (S22), Pesca ilegal (S23) - Estes elementos apontam para fragilidades no manejo dos recursos pesqueiros, fiscalização e gestão participativa da atividade.

Espécies invasoras (S24) também foi apontado como fator relevante, indicando potencial ameaça à biodiversidade e às cadeias ecológicas locais.

A **cadeia de valor e comercialização (S25)** aparece como componente estrutural que precisa de políticas específicas para garantir sustentabilidade e justa remuneração.

6. Situações de vulnerabilidade social

Os resultados mostram que vulnerabilidades sociais são percebidas como diretamente relacionadas à dinâmica ambiental e econômica da região. Quantidade expressiva de respostas considerou como altamente relevantes:

Condições de trabalho, riscos e precariedade (S26), Baixa diversificação de oferta de emprego (S27), Fatores de risco da população urbana e rural (S28), Perda de herança cultural e étnica (S29), Ameaças à integração cultural e social (S30) - aparecem como preocupações relevantes, indicando que elementos identitários e culturais integram a noção de vulnerabilidade.

7. Limitações de governança (carências)

Este tema aparece entre os mais priorizados do conjunto, refletindo uma percepção clara de que boa parte dos problemas ambientais é agravada por limitações institucionais. Os subtemas mais relevantes incluem:

Sistemas de monitoramento e desempenho frente a desastres (S33) - Fortemente priorizado, indicando demanda por dados confiáveis, alerta precoce e resposta rápida.

Espaços de participação (S35) - Mostra a importância da inclusão de comunidades, usuários e atores locais nos processos decisórios.

Limiares e valores permitidos para qualidade da água (S31), Suprimentos e limites para uso agrícola (S32), Acesso a incentivos financeiros (S34) - Todos apontam falhas estruturais de regulamentação, fiscalização e suporte técnico-econômico.

Os resultados do AHP revelam três dimensões estruturantes percebidas como altamente prioritárias:

Governança e capacidade institucional - Incluindo monitoramento, normas, participação e incentivos;

Pressões ambientais críticas - Qualidade da água, ciclo hidrológico e degradação de ecossistemas;

Vulnerabilidades climáticas e sociais - Efeitos diretos sobre populações, atividades produtivas e infraestrutura;

O conjunto reforça a necessidade de abordagens integradas, combinando gestão hídrica, ordenamento territorial, políticas de adaptação climática e fortalecimento institucional, como base para futuras ações do processo transfronteiriço.

Encerramento

No encerramento do dia, a equipe técnica apresentou os resultados de ambas as dinâmicas, consolidando os elementos temporais e causais identificados pelos grupos, além de novos problemas/temas que surgiram durante as dinâmicas. Em seguida, foram abertas as

considerações finais, nas quais participantes reforçaram a importância do processo participativo, da integração entre diferentes setores e da continuidade do diálogo.

A oficina foi finalizada com agradecimentos formais pela presença e pelo comprometimento coletivo de todos os participantes, reforçando a relevância das contribuições para o avanço da Análise Diagnóstica Transfronteiriça e para as próximas etapas do projeto (Figura 19).



Figura 19: Falas de encerramento.

6. Considerações Finais

A Oficina Participativa Nacional evidenciou a importância de integrar diferentes vozes na construção de propostas e diagnósticos. Entre as principais conclusões destacam-se:

- A necessidade de fortalecer mecanismos de participação contínua e não apenas pontual;
- Necessidade de campanhas de informação sobre o território. A exemplo do seguinte comentário elencado durante a dinâmica 2: “Carência de aperfeiçoamento técnico nas comportas e no regime de operação da eclusa para permitir a passagem de espécies migratórias marinhas e estuarinas entre a Lagoa dos Patos, o Canal São Gonçalo e a Lagoa Mirim.”. Neste aspecto o conceito está equivocado, no ponto de vista ecológico e técnico.
- A relevância da articulação entre escalas local, regional e nacional;
- A urgência de ampliar investimentos em monitoramento territorial, capacitação comunitária e comunicação social;
- O reconhecimento da diversidade sociocultural e ambiental como elemento estruturante para políticas públicas efetivas;
- O compromisso dos participantes com a continuidade do diálogo e da colaboração interinstitucional.

Essas conclusões contribuem diretamente para os próximos produtos e ações previstas no âmbito do projeto.

7. Anexos

Anexo A – Lista de temas e subtemas pré-elencados.

Anexo B – Materiais de Divulgação.

Anexo C - Lista de convidados e Lista Inscrições no Evento.

Anexo D – Reportagens e coberturas midiáticas.

Anexo E – Apresentações utilizadas.

Anexo F – Programação da Oficina.

Anexo G – Resultado da Dinâmica 1.

Anexo H – Formulários e instrumentos de consulta utilizados.